

INFORMAÇÕES BÁSICAS DE APOIO À CONSTRUÇÃO DO PIDE UFU - 2016-2021

Este documento apresenta de forma sintética um conjunto mínimo de informações que visam oferecer suporte às decisões de planejamento do PIDE da UFU para o período 2016 a 2021. Os dados em sua forma mais ampla encontram-se na página do PIDE <http://www.pide.ufu.br/>.

Na página também pode-se encontrar os números das várias unidades acadêmicas da UFU, seus cursos, orçamentos, quadro de pessoal, produção, etc. As informações capturados pelo censo do ensino superior e enviadas ao MEC também estão na página na aba [relatórios gerenciais](#). Dados sobre o orçamento da UFU nos últimos cinco anos também se encontram disponíveis e podem oferecer suporte para as decisões sobre as metas a serem contempladas no PIDE institucional.

Este documento mais particularmente apresenta algumas metas da Plano Nacional de Educação, pois espera-se algum alinhamento do PIDE UFU com PNE 2014-2024. São também apresentados alguns dados nacionais que pretendem ajudar nas definições dos desafios a serem enfrentados pela UFU nos próximos anos.

META 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público

$$\text{Taxa Líquida} = \frac{\text{número de matriculados com idade entre 18 e 24 anos}}{\text{número de jovens na população com idade entre 18 e 24 anos}}$$

$$\text{Taxa Bruta} = \frac{\text{número de matriculados no ensino superior (todas as idades)}}{\text{número de jovens na população com idade entre 18 e 24 anos}}$$

SITUAÇÃO DAS TAXAS LÍQUIDA E BRUTA EM 2013 (o tamanho do desafio)

Taxa Líquida = 3.708.133/23.945.816 = 15,5% (Meta: 33%)

Taxa Bruta = 7.305.977/23.945.816 = 30,5% (Meta: 50%)

CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL:

Taxa Líquida < 15%	Significa =>	Educação Superior Elitizada
Taxa Líquida > 30%	Significa =>	Educação Superior Massificada
Taxa Líquida > 50%	Significa =>	Educação Superior Universalizada

Em se admitindo que o número de jovens na população não se altere até 2024 então, para se atingir os objetivos do PNE

- Relativamente a taxa líquida seria preciso que o número de matriculados no ensino superior entre 18 e 24 anos no saltasse dos 3.708.133 em 2013 para 7.721.874 em 2024.
- Relativamente a taxa bruta seria preciso que o número de matriculados no ensino superior de todas as idades saltasse dos 7.305.977 em 2013 para 11.699.810 em 2024.

	2013	2024	Acréscimo
Matriculados (idade entre 18 e 24 anos)	3.708.133	7.721.874	4.031.741
Matriculados (todas as Idades)	7.305.977	11.699.810	4.393.833

Considerando como objeto de análise preliminar apenas a taxa bruta e que do total requerido para crescer até 2014 (4.393.833 matrículas) o setor público participe com 40% e o setor privado com 60%. Teríamos os números apontados na ilustração:

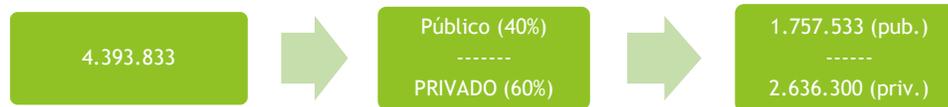


Fig. 01 -Expansão do número de matriculados projetados para o período 2013-2024.

A tabela a seguir mostra o tamanho do desafio posto pelo PNE, considerando as esferas públicas e privadas.

Tabela 1- Matriculados no Ensino Superior em 2013 e o planejado para 2024

	2013	2024	Acréscimo
Ensino Público (03 esferas)	1.932.522	3.690.055	90.9%
Ensino Privado	5.373.455	8.009.755	49.1%
Total	7.305.977	11.699.810,00	60.1%

CONCLUSÃO:

Assim, no setor público o crescimento previsto pelo PNE no número de matriculados no ensino superior em 2024 deverá ser de 90.9%, tendo como referência os alunos matriculados em 2013. No setor privado este aumento deverá ser de 49.1%

Este crescimento pode se operar por três vertentes:

- I. Ampliação da oferta de vagas (em novos cursos presenciais ou nos cursos atuais);
- II. Oferta de novas vagas na modalidade Ensino a Distância (EAD) e
- III. Diminuição das vagas ociosas (diminuir a evasão).

PERGUNTA-SE: QUAIS OS NÚMEROS DA UFU E QUAL A SUA ESTRATÉGIA?

Tabela 04 – Projeção da População (IBGE/2013)

Nível – Faixa etária	2013	2014	2054
Creche - 0 a 3a	12.035.305	10.525.848	7.587.874
Pré-Escola - 4 e 5a	6.268.537	5.434.160	3.922.748
Ensino Fundamental - 6 a 14a	30.227.810	26.145.927	18.864.217
Ensino Médio - 15 a 17a	10.296.897	9.437.735	6.740.342
Educação Superior - 18 a 24a	23.945.816	23.399.619	16.445.408
População em Idade Educacional	82.774.365	74.943.289	53.560.589
IDOSOS - 60anos ou mais	22.077.318	34.185.085	69.764.278

META 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no ano de 2019 e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB no ano de 2024

Tendo em vista ajudar na compreensão dos números que aparecem nesta meta, apresentamos as Tabelas 02 e 03 a seguir (Fonte: INEP/MEC), atualizadas em 22/06/2015, que mostram a evolução dos investimentos na educação de 2000 até 2013.

Nas tabelas compreende-se por:

- I. Investimento Público Total em Educação os valores despendidos nas seguintes Naturezas de Despesas: Pessoal Ativo e seus Encargos Sociais, Ajuda Financeira aos Estudantes (bolsas de estudos e financiamento estudantil), Despesas com Pesquisa e Desenvolvimento, Transferências ao Setor Privado, outras Despesas Correntes e de Capital, e a estimativa para o complemento da aposentadoria futura do pessoal que está na ativa (Essa estimativa foi calculada em 20% dos gastos com o Pessoal Ativo)
- II. Investimento Público Direto em Educação os investimentos totais exceto os valores despendidos pelos entes federados com Aposentadorias e Pensões, Investimentos com bolsas de estudo, financiamento estudantil e despesas com juros, amortizações e encargos da dívida da área educacional.

Tabela 2 - Estimativa do Percentual do **Investimento Público Total em Educação** em Relação ao Produto Interno Bruto (PIB), por Nível de Ensino - Brasil 2000-2013

Ano	Percentual do Investimento Público Total em relação ao PIB (%)						
	Todos os Níveis de Ensino	Níveis de Ensino					
		Educ. Básica	Educ. Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Superior
De 1ª a 4ª Séries ou Anos Iniciais	De 5ª a 8ª Séries ou Anos Finais						
2000	4,6	3,7	0,4	1,5	1,2	0,6	0,9
2001	4,7	3,8	0,4	1,4	1,3	0,7	0,9
2002	4,7	3,8	0,3	1,6	1,3	0,5	1,0
2003	4,6	3,7	0,4	1,5	1,2	0,6	0,9
2004	4,5	3,6	0,4	1,5	1,2	0,5	0,8
2005	4,5	3,6	0,4	1,5	1,2	0,5	0,9
2006	4,9	4,1	0,4	1,6	1,5	0,6	0,8
2007	5,1	4,2	0,4	1,6	1,5	0,7	0,9
2008	5,3	4,4	0,4	1,7	1,6	0,7	0,8
2009	5,6	4,7	0,4	1,8	1,7	0,8	0,9
2010	5,6	4,7	0,4	1,8	1,7	0,8	0,9
2011	5,8	4,8	0,5	1,7	1,6	1,0	1,0
2012	6,0	4,9	0,6	1,7	1,5	1,1	1,0
2013	6,2	5,1	0,6	1,7	1,6	1,1	1,1

Fonte: Inep/MEC - Tabela elaborada pela Deed/Inep. Atualizada em 22/06/2015.

Notas:

- 1 - Utilizaram-se os seguintes grupos de Natureza de Despesa: Pessoal Ativo e Encargos Sociais (inclusive, a estimativa para complemento da aposentadoria futura do pessoal ativo), outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras;
- 2 - Estão computados nos cálculos os recursos para bolsa de estudo, financiamento estudantil e a modalidade de aplicação: Transferências Correntes e de Capital ao Setor Privado;
- 3 - Não se incluem nestas informações as seguintes despesas: aposentadorias e reformas, pensões, juros e encargos da dívida, e amortizações da dívida da área educacional;
- 4 - Os investimentos em Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena foram distribuídos na Educação Infantil, no Ensino Fundamental anos iniciais e anos finais e no Ensino Médio, dependendo do nível de ensino ao qual fazem referência. No Ensino Médio estão computados os valores da Educação Profissional (concomitante, subsequente e integrado);
- 5 - A Educação Superior corresponde aos cursos superiores em Tecnologia, demais cursos de Graduação (Presencial e a distância) (exceto cursos sequenciais) e cursos de pós-graduação Stricto Sensu - Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado (excetuando-se as especializações Lato Sensu);
- 6 - Estes dados referem-se aos investimentos em educação consolidados do Governo Federal, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios;
- 7 - Para os anos de 2000 a 2003, estão contabilizados na área educacional, os valores despendidos pelo Governo Federal para o Programa Bolsa-Escola;
- 8 - Nos dados enviados para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) nos anos anteriores a 2004, não estão alocados os valores do complemento para a aposentadoria futura do pessoal ativo;
- 9 - Entre os anos de 2000 e 2005: para os dados estaduais, foi utilizada como fonte de informações, um trabalho técnico realizado pelo Inep diretamente dos balanços financeiros de cada estado; para os dados municipais do mesmo período, utilizou-se uma metodologia baseada no percentual mínimo de aplicação de cada município, definido pela legislação vigente;
- 10 - A partir de 2006, utilizaram-se como fontes de dados estaduais e municipais, o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação - Siope -, administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;
- 11 - Os dados da União foram coletados do Sistema Integrado de Administração Financeira - Siafi/STN - para todos os anos;
- 12 - Para o cálculo dos valores de Investimentos Públicos em Educação, utilizaram-se as seguintes fontes de dados primários: - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep/MEC; - Secretaria do Tesouro Nacional (STN); - FNDE; - Balanço Geral dos Estados e do Distrito Federal; - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); - Caixa Econômica Federal (CEF); - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
- 13 - Os indicadores constantes nessa tabela foram atualizados em 22 de junho de 2015, em virtude da atualização dos valores do Produto Interno Bruto de 2000 a 2013 feita pelo IBGE em março de 2015.

Tabela 3 - Estimativa do Percentual do **Investimento Público Direto em Educação** em Relação ao Produto Interno Bruto (PIB), por Nível de Ensino - Brasil 2000-2013

Ano	Todos os Níveis de Ensino	Percentual do Investimento Público Direto em relação ao PIB (%)					
		Educ. Básica	Educ. Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Superior
				De 1ª a 4ª Séries ou Anos Iniciais	De 5ª a 8ª Séries ou Anos Finais		
2000	3,87	3,16	0,33	1,29	1,03	0,50	0,71
2001	4,00	3,27	0,32	1,24	1,11	0,59	0,74
2002	4,05	3,28	0,31	1,44	1,11	0,43	0,77
2003	3,82	3,13	0,35	1,29	1,02	0,48	0,69
2004	3,82	3,19	0,35	1,34	1,07	0,43	0,64
2005	3,85	3,18	0,33	1,34	1,08	0,43	0,67
2006	4,23	3,57	0,33	1,38	1,31	0,56	0,65
2007	4,40	3,72	0,36	1,43	1,33	0,59	0,68
2008	4,58	3,91	0,36	1,49	1,42	0,64	0,68
2009	4,82	4,09	0,35	1,59	1,51	0,65	0,73
2010	4,90	4,14	0,38	1,57	1,47	0,73	0,76
2011	4,99	4,16	0,43	1,49	1,39	0,85	0,83
2012	5,13	4,34	0,52	1,51	1,36	0,95	0,79
2013	5,22	4,41	0,57	1,50	1,39	0,96	0,80

Fonte: Inep/MEC - Tabela elaborada pela Deed/Inep. Atualizada em 22/06/2015.

Notas:

- 1 - Utilizaram-se os seguintes grupos de Natureza de Despesa: Pessoal Ativo e Encargos Sociais; outras Despesas Correntes; Investimentos e Inversões Financeiras;
- 2 - Não se incluem nestas informações as seguintes despesas: aposentadorias e reformas, pensões, recursos para bolsa de estudo e financiamento estudantil, despesas com juros e encargos da dívida e amortizações da dívida da área educacional e a modalidade de aplicação: Transferências Correntes e de Capital ao Setor Privado;
- 3 - Os investimentos em Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena foram distribuídos na Educação Infantil, no Ensino Fundamental anos iniciais e anos finais e no Ensino Médio, dependendo do nível de ensino ao qual fazem referência. No Ensino Médio estão computados os valores da Educação Profissional (concomitante, subsequente e integrado);
- 4 - A Educação Superior corresponde aos cursos superiores em Tecnologia, demais cursos de Graduação (Presencial e a distância) (exceto cursos sequenciais) e cursos de pós-graduação Stricto Sensu - Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado (excetuando-se as especializações Lato Sensu);
- 5 - Estes dados referem-se aos investimentos em educação consolidados do Governo Federal, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios;
- 6 - Para os anos de 2000 a 2003, estão contabilizados na área educacional, os valores despendidos pelo Governo Federal para o Programa Bolsa-Escola;
- 7 - Entre os anos de 2000 e 2005: para os dados estaduais, foi utilizada como fonte de informações, um trabalho técnico realizado pelo Inep diretamente dos balanços financeiros de cada estado; para os dados municipais do mesmo período, utilizou-se uma metodologia baseada no percentual mínimo de aplicação de cada município, definido pela legislação vigente;
- 8 - A partir de 2006, utilizaram-se como fontes de dados estaduais e municipais, o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação - Sioppe -, administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;
- 9 - Os dados da União foram coletados do Sistema Integrado de Administração Financeira - Siafi/STN - para todos os anos;
- 10 - Para o cálculo dos valores de Investimentos Públicos em Educação, utilizaram-se as seguintes fontes de dados primários:
 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep/MEC; - Secretaria do Tesouro Nacional (STN); - FNDE; - Balanço Geral dos Estados e do Distrito Federal; - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); - Caixa Econômica Federal (CEF); - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
- 11 - Os indicadores constantes nessa tabela foram atualizados em 22 de junho de 2015, em virtude da atualização dos valores do Produto Interno Bruto de 2000 a 2013 feita pelo IBGE em março de 2015

Tabela 04 – Valor Médio Anual per capita dos Investimentos em Educação no Brasil e OCDE (2014)

Nível	Média OCDE em US\$/ppp	Média do Brasil em US\$/ppp
Educação Infantil	7.428,00	2.349,00
EF, anos iniciais	8.296,00	2.673,00
EF, anos finais	9.377,00	2.700,00
Ensino Médio	9.506,00	2.605,00
Educação Superior	13.958,00	10.140,00

Como se observa há um grande caminho a percorrer ainda pelo Brasil, tendo como referência o valor médio dos países da OCDE, no tocante ao investimento no ensino superior e mais dramaticamente ainda no ensino básico.

Outras Metas a serem consideradas

4 - Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados;

10 - Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

11 - Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

14 - Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

16 - Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

....

AS 20 METAS DO PNE (2014-2014) - Lei 13.005/2014

Uma discussão maior sobre o PNE pode ser encontrada no [link](#). Aqui destacamos tão somente as 20 (vinte) metas a serem alcançadas no novo plano nacional de educação:

1 - Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

2 - Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

3 - Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

4 - Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados;

5 - Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3 (terceiro) ano do ensino fundamental.

6 - Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

7 - Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: atingir as médias nacionais em 2021 de 6,0 para os anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 para os anos finais do ensino fundamental e 5,2 para o ensino médio.

8 - Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

9 - Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

10 - Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

11 - Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

12 - Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

13 - Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

14 - Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

15 - Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

16 - Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

17 - Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

18 - Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

19 - Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

20 - Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5 (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

ANEXO I

Os números do Brasil segundo a SECRETARIA GERAL DA OCDE



“*Education at a Glance: OECD Indicators*” é a principal fonte de informações relevantes e precisas sobre o estado da educação ao redor do mundo. Essa publicação oferece dados sobre a estrutura, o financiamento e o desempenho de sistemas educacionais de 34 países membros da OCDE, assim como de alguns países parceiros e do G20.

Brasil

O investimento público em educação tem aumentado fortemente desde 2000 e é agora um dos mais altos entre os países da OCDE e países parceiros.

Em 2011, o governo brasileiro gastou em educação 19% do total de seu gasto público, estando bem acima da média da OCDE de 13%, e é o quarto mais alto entre todos da OCDE e países parceiros com dados disponíveis. **O gasto público total em educação representou 6,1% do PIB, e está também acima da média da OCDE de 5,6%**, assim como acima de outros países latino-americanos como Chile (4.5%), México (5.2%), e Colômbia (4.5%).

De fato, o gasto com instituições educacionais tem aumentado em um ritmo mais acelerado que o PIB no período de 2000 a 2011. **O gasto público total educacional brasileiro cresceu de 3,5% do PIB em 2000 para 6,1% em 2011, o maior crescimento de toda OCDE e países parceiros do G20** com dados disponíveis no período.

No entanto, quando calculado por estudante, o gasto público em instituições públicas de todos os níveis educacionais combinados foi de 2.985 dólares, o que é bem abaixo da média OCDE de 8.952 dólares, usando a equivalência de dólar por poder de paridade de compra. Esse valor é o segundo mais baixo entre todos os países da OCDE e países parceiros.

As taxas de matrícula no Brasil continuam a subir, mas a proporção daqueles que não trabalham nem estudam manteve-se constante.

As taxas de matrícula têm crescido fortemente para todos os grupos de idade da pré-escola e anos iniciais do ensino fundamental. **Entre 2005 e 2012, a taxa de matrícula das crianças de 4 anos de idade cresceu de 37% para 61% e a das de 5 anos de idade de 63% para 83%.** Para comparar, a taxa de matrícula média da OCDE em 2012 foi de 84% para as crianças de 4 anos e 94% entre aquelas de 5 anos. As taxas de matrícula dos jovens também cresceram, mas em um ritmo mais lento, chegando a 78% na faixa de 15 a 19 anos e 22% entre 20 e 29 anos em 2012. As taxas de matrícula ainda permanecem baixas e estão abaixo da média da OCDE para todos os grupos de idade entre 3 e 29 anos.

Apesar desses aumentos, o percentual de jovens e adultos que não trabalham nem estudam (NEMNEM) tem se mantido praticamente constante durante o período de 2005 a 2012, por volta de 20% para todos os níveis educacionais. No mesmo período, a média OCDE permaneceu de 15%.

Homens com alta escolarização ganham consideravelmente mais do que aqueles com menor escolarização ou mulheres com o mesmo nível educacional.

Os trabalhadores brasileiros apresentam uma das maiores diferenças de rendimento de acordo com o nível educacional. **Adultos com educação de nível superior (tanto homens quanto mulheres) ganham 2,5 vezes mais do que aqueles que possuem nível médio.** Essa proporção é consideravelmente maior do que a média da OCDE de 1,6, e a segunda maior diferença entre todos os países da OCDE e países parceiros. Além disso, adultos sem educação de nível médio sofrem a maior desvantagem em seus rendimentos, ganhando 42% menos que aqueles que possuem diploma de nível médio.

O Brasil também apresenta uma das maiores diferenças de rendimento entre gênero – **as mulheres com educação de nível superior ganham 63% do que os homens com o mesmo nível educacional ganham.** Em comparação, a média da OCDE é de 73%.

Outros resultados

O Brasil é um dos poucos países em que a taxa de desemprego é maior entre aqueles que tem menor escolarização. A taxa de desemprego para adultos com educação abaixo do nível médio, em 2012, foi de 4,1%, enquanto para aqueles com nível médio ela foi de 5,1%. Adultos com diploma de nível superior, no entanto, continuam a apresentar a mais baixa taxa de desemprego, de 2,9%.

O Brasil tem o menor percentual de estudantes estrangeiros entre todos os países da OCDE e países parceiros com dados disponíveis: menos de 0,5% do total de matrículas do ensino superior. Desses, 27% vem de países com a mesma língua oficial, o que é não é surpresa visto que o Brasil não oferece quase nenhum curso completo em inglês no nível superior. Dos estudantes brasileiros matriculados em instituições de ensino superior estrangeiras, 23% estão nos Estados Unidos, seguido por 18% em Portugal e 10% na França.

As instituições públicas de ensino superior gastam quatro vezes mais por aluno do que o ensino fundamental. Essa é a maior diferença de gasto entre níveis educacionais considerando todos os países da OCDE e países parceiros com dados disponíveis. O gasto por cada aluno da educação superior corresponde a 93% do PIB per capita brasileiro. Contudo, entre 1995 e 2011, o gasto por aluno na educação básica cresceu por volta de 128%, enquanto ele decresceu no nível superior.

Os professores no Brasil são mais jovens do que a maioria dos países da OCDE. Em 2012, 17% dos professores dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio tinham menos de 30 anos de idade, comparado com 10% na média da OCDE. Isso representa uma forte queda desde 2002, quando o percentual de professores com menos de 30 anos era de 26%. Esse mesmo nível de ensino também

apresenta uma alta taxa de estudantes por pessoal de ensino nas escolas: 18 em comparação com 13 estudantes da média da OCDE.

Nos anos finais do ensino fundamental e no nível médio, existem sete estudantes a mais por professor da escola pública em relação ao professor da escola privada. Essa é a quarta maior diferença entre todos os países da OCDE e países parceiros com dados disponíveis. Além disso, a diferença entre o desempenho de estudantes em Matemática no PISA 2012 é a quarta maior em favor das escolas privadas entre todos os países.

Este trabalho é publicado sob a responsabilidade da Secretaria Geral da OCDE. As opiniões expressadas e os argumentos empregados não necessariamente refletem a visão oficial dos países membros da OCDE. Este documento e qualquer outro mapa incluído a esse respeito não trazem prejuízo ao status de soberania de qualquer território, à limitação das fronteiras internacionais e ao nome de qualquer território, cidade ou área.

Para mais informações sobre o *Education at a Glance 2014* e acesso ao conjunto completo de indicadores, visite www.oecd.org/edu/eaq.htm.

Perguntas podem ser encaminhadas diretamente a: Corinne Heckmann Diretoria para Educação e Habilidades Email: Corinne.Heckmann@oecd.org	Autora da nota sobre o país: Camila de Moraes Diretoria para Educação e Habilidades Email: Camila.Demoraes@oecd.org
Publicado originalmente pela OCDE em língua inglesa com o seguinte título: OECD (2014), "Brazil", in <i>Education at a Glance 2014: OECD Indicators</i> , OECD Publishing http://dx.doi.org/10.1787/eaq-2014-en All rights reserved.	
© 2014 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, Brasil para essa edição em língua portuguesa	